



# A INFLUÊNCIA DA HISTÓRIA NA DOCTRINA MILITAR

Paulo de Queiroz Duarte

**A** História é o registro ordenado, geralmente escrito, dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e militares dos vários países e nações que habitam, ou já habitaram o nosso tumultuoso planeta. Tem a roupagem de ciência, embora não o seja, pois os princípios que fornece, deduzidos dos fatos e conseqüências expostos à luz da verdade, nem sempre se comportam da mesma maneira, dificultando assim a interpretação das leis gerais que os regem, o que lhe a feição de pura arte, exigindo de seus estudiosos um elevado grau de senso analítico.

A História Militar, parte especializada da geral, trata do comportamento e das atividades das forças armadas, nelas compreendendo o comando e a tropa, no decurso das passadas campanhas. Seu estudo consciencioso é um inesgotável manancial de conhecimentos básicos da arte da guerra; por essa razão, em todas as escolas

militares do mundo constitui ela disciplina obrigatória. É que a boa compreensão do que ocorreu no passado, pode permitir conclusões válidas para situações idênticas presentes, ou futuras. De outra parte, uma má compreensão, com falsas interpretações, pode conduzir a um verdadeiro desastre. Assim é que, dos estudos históricos, dignos de confiança, se podem tirar ensinamentos de várias naturezas; contudo, devem eles ser usados com cautela, posto que as analogias, por vezes são enganosas.

Décepções e desastres, não raro, provieram de se adotarem, para situações presentes, as mesmas soluções dadas à situações semelhantes, ocorridas no passado. O aforisma de que a História se repete contém certa dose de verdade. Não obstante, é preciso ter presente que as situações no terreno prático raramente se repetem exatamente, e nessa diferença podem

estar embuçados os fatores mais decisivos, determinantes do sucesso ou insucesso. As analogias só são válidas, por conseguinte, se os fatores inerentes às situações forem realmente idênticos.

O estudo comentado da História, praticado por expertos no assunto, pode ressaltar de modo eloqüente erros e acertos, indicando os recursos postos em ação para sanar os inconvenientes oriundos das próprias ações, ou das que nasceram do comportamento do adversário, possibilitando, no primeiro caso evitar, ou pelo menos atenuar os efeitos da ação contrária; no segundo, sugerir recursos para lhes dar mais ênfase, sempre estribados em casos concretos, reais, de pretéritas lutas, mesmo que delas não se tinham participado, pois é sempre preferível e mais inteligente aprender à custa alheia, que da curtição das próprias feridas! Esta é, também uma grande vantagem que ela nos proporciona. E é por isso que a História é tida como a Mestra da Vida.

Já nos meados do Século XVI, quando o nosso Brasil, inda imberbe, se via à braços com a invasão levada a cabo pelos franceses de Willegaignon, Camões, em "Os Lusíadas", ao arrematar com chave de ouro o último Canto do seu imorredouro poema, não se esqueceu de lembrar a seu rei (D. João III) este ensinamento:

*Tomai conselho só de  
experimentados,  
Que viram longos anos, largos  
meses,*

*Que, posto que em cientes muito  
cabe,  
Mais em particular o experto sabe.  
De Formião, filósofo elegante,  
Vereis como Anibal encarnecia,  
Quando das artes bélicas, diante  
Dele, com larga voz tratava e lia.  
A disciplina militar prestante  
Não se aprende, Senhor, na  
fantasia,  
Sonhando, imaginando ou  
estudando,  
Senão vendo, tratando e pelejando.*

Na verdade, todos os grandes chefes militares foram buscar nos acontecimentos passados a inspiração para as suas decisões. Napoleão recomendava aos seus subordinados a leitura repetida das campanhas de Alexandre, Aníbal, Gustavo Adolfo, Turenne, Frederico, o Grande. Dizia que esta era a única maneira de um chefe militar assehorar-se da Arte da Guerra.

A utilidade teórica do estudo da História para o estrategista corresponde à que o xadrezista desfruta, analisando as partidas dos grandes mestres. Segundo Toynbee: "As lições da História são como uma carta náutica para o navegante, mas cabe a ele escolher a derrota a seguir e traçá-la devidamente na carta".

A História apresenta ainda outra interessante faceta, qual a de instruir e educar o povo de um modo geral, sobretudo se perquirir e explana com profundidade, quando consegue dar-lhe autoconfiança, facilitando-o deslumbrar o seu porvir. Para o caso da guerra, ela não determina; todavia, aconselha sabiamente os caminhos a seguir. E, não só tem essa validade:

seu conhecimento permite antever, em alguns casos, certos preceitos ou regras doutrinárias seguidas pelos prováveis inimigos, por deduções de seus anteriores procedimentos.

Muitos são os exemplos oferecidos por governos de nações pequenas, de fraco potencial bélico que, por total desconhecimento da História, e fiados na ignorância de seu povos, ousam desafiar e até agredir nações mais poderosas que, pacíficas ou não, são constantes em reprimir, com vitalidade e energia os agravos às suas soberanias. O desfecho em tais casos é sempre presumível e a História no-lo aponta. É o caso da Guerra do Paraguai, ou da que se originou recentemente com a ocupação intempestiva das Ilhas Malvinas no Atlântico Sul, para não ir além do nosso continente. E é por isso que a História, preceptora sábia e desvelada, nos inspira como equacionar, com prudência e acerto as questões entre nações, facilitando soluções equânimes, que evitam a guerra, pelo perfeito entendimento entre os homens de boa vontade.

A História mostra-nos que em todos os tempos sempre existiram povos belicosos e povos de índole pacíficas. Pacífica, a Nação Brasileira tem sido poupada de muitas ações bélicas, não obstante, nem sempre lhe foi possível evitar os azares de uma guerra. Mas, em todas, o patriotismo, a constância, a bravura e a inteligência criativa dos homens dessa abençoada pátria superaram, embora com pesados tributos, as forças do mal, apesar dos descuidos dos seus gover-

nantes. É que os povos de índole pacífica esquecem facilmente o ditado: "Si vis pacem, para bellum", e os longos períodos de paz geram a consciência de que as Forças Armadas são instituições onerosas e, sobretudo inúteis e, em decorrência, os orçamentos para seus aparelhamentos são drasticamente reduzidos.

Mas aí está a História: brado sempre alerta para exitar as memórias fracas. Nunca esquecer que às vésperas da agressão paraguaia, Frederico Carneiro de Campos, em discurso na Câmara, justificando a negativa a um projeto que concedia um pequeno aumento de efetivo para o Exército, alegara que os nossos vizinhos eram bonzinhos... E, por fatalidade, pouco depois, ele próprio acabou sendo a primeira vítima da fúria marvótica da indiada guarani...

É a História, de certa forma responsável em dar características dinâmicas à Doutrina Militar, assegurando-lhe a evolução em sintonia com os conhecimentos científicos e tecnológicos da humanidade, em constante progresso, notadamente após o desfecho dos grandes conflitos armados. Por isso muitas regras e preceitos doutrinários são revistos de tempos em tempos, a fim de acompanhar passo-a-passo aqueles progressos, para que a guerra possa ser conduzida de modo mais eficiente, rápido e econômico.

Temos que a Doutrina de Guerra deriva da Doutrina da Segurança Nacional, a qual tem suas raízes nas Hipóteses de Guerra, cujo escopo, especificamente, se reduz

em garantir a sobrevivência do Estado como entidade física e política, levando em linha de conta as forças vivas de uma nação, preservando-lhe a organização, mobilização, adestramento e emprego nas mais variadas condições, atentas às ditas Hipóteses de Guerra.

A Doutrina é constituída por um elenco de conceitos, princípios, processos, regras e normas destinadas ao preparo da guerra. Grande e complexo é pois a série de documentos e estudos necessários à sua codificação. Apresenta na sua concepção filosófica duas nuances: a Doutrina de Guerra e a Militar. A primeira é parte complementar da Segurança Nacional, e trata da compreensão e definição dos fenômenos políticos da guerra e a preservação da segurança; a segunda, a Militar, se fundamenta nos princípios, processos, normas e regras que condicionam e orientam o emprego das Forças Armadas, consideradas individualmente, ou em cooperação com as demais co-irmãs, quer no campo estratégico, quer no tático. Seu estudo sistematizado deságua na execução propriamente dita; dá origem, necessariamente aos regulamentos e manuais técnicos e de campanha que, em seu conjunto, preservem e ensinam, em última análise, a arte de guerrear em seus diferentes graus profissionalizantes.

Para a formulação das hipóteses de guerra a História fornece valiosos subsídios, seja pela análise do comportamento dos prováveis agressores no passado, seja pelo comportamento do próprio país

nos conflitos de que participou isolado ou aliado a outros. Por essa razão, os registros históricos ainda constituem a única fonte de conhecimento aonde os dirigentes podem obter elementos para o entendimento das intrincadas relações internacionais. Essas Hipóteses de Guerra consideram iminentes ou menos iminentes os conflitos. A História comprova esta assertiva. Mas, modernamente as guerras têm surgido de forma repentina e brutal e o complexo preparo das Forças Armadas não pode ser feito com a rapidez desejada, o que exige uma constante preparação.

A arte de guerrear — ato de conduzir a guerra — como toda a arte que se presa, subordina-se aos princípios básicos e procedimentos gerais, e técnica da dinâmica que regem o emprego das Armas, sempre em evolução, o que exige dos verdadeiros chefes militares uma boa dose de inteligência criativa, temperada com malícias. Eminentemente prática, a arte de guerrear se fundamenta numa filosofia positiva, que rejeita qualquer noção a priori, para admitir apenas os princípios, preceitos regras e processos lógicos que despontam do estudo e da observação acurada de certos fatores, como o geográfico, histórico, econômico, psiquossociais etc, etc.

Mas, de todos esses fatores, indubitavelmente, o histórico avulta por sua notável relevância, pois oferece preciosa e inestimável contribuição, descrevendo e analisando o comportamento dos contendores em passadas campanhas,

próprias ou alheias, que, estudadas convenientemente, consagram ensinamentos duradouros que condicionaram o desfecho de uma guerra, uma batalha, ou mesmo o de um simples combate.

Uma Doutrina Militar sólida exige a experiência de muitos conflitos, a consciência nacional de que a guerra é um acontecimento sempre possível e inopinado, e sobretudo, a independência tecnológica.

Há nações que têm suas doutrinas de guerra no mais elevado grau; em outras elas ainda não passaram da fase ditática, por absoluta falta de objetividade dos altos escalões de comando em conceberem suas hipóteses de guerra, pela timidez em se fixar nos prováveis inimigos. Outras, ainda em estágios inferiores sob o ponto de vista militar, ou por serem em extremo pacifistas, ainda não chegaram a cogitar do assunto...

Assim, nações ricas, tidas como potências militares, que pagaram elevados preços para desfrutarem desse estado, dispõem de volumoso cabedal de experiência, traduzido nos preceitos de suas doutrinas de guerra, alicerçadas estas nos

documentos guardados nos escaninhos de seus arquivos históricos, que relatam os casos ocorridos nos numerosos conflitos armados de que participaram, isoladas ou em alianças com outras nações. E, com tais recursos puderam coligir e fundamentar os princípios normativos da conduta nacional na contingência de ter que enfrentar uma nova guerra, mesmo global; levando em linha de conta, naturalmente, o estágio da riqueza, a prosperidade, a independência do seu parque industrial e a capacidade energética, ou estado emocional de seu povo.

Tais nações ricas, experientes, extravasam influências e ensinamentos doutrinários às mais pobres e inexperientes. Estas, em estágios inferiores de progresso, de poucos recursos financeiros e sem a necessária ilustração histórica, consequência direta dos poucos casos vividos, sentem a necessidade de absorver tecnologia das mais experientes, aceitando missões militares estrangeiras, por meio das quais perfilam princípios das escolas importadas, às vezes sujeitas a serem violados seus segredos de Estado.



*Gen Paulo de Q. Duarte é pesquisador de História Militar Brasileira, autor dos seguintes livros: **Dias de Guerra no Atlântico Sul**; **O Nordeste na II Guerra Mundial – Antecedentes de Ocupação**; **O Vira-mundo – História do III Grupo do 5º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria (inédito)**; **Lecor e a Cisplatina (inédito)**; **Nos Meandros do Paranapanema (inédito)**. É autor ainda da obra **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**.*